ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos dezoito dias do mês de junho de 2021, às 10h00min, reuniu-se, através da plataforma ZOOM, o Comitê Gestor Regional para Implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Presentes os integrantes, Dra. Daniela de Freitas Marques, Juíza de Direito Titular da 3ª Auditoria e presidente do Comitê, Dr. Paulo Eduardo Andrade Reis, Juiz de Direito Titular da 5ª AJME, Dr. João Libério da Cunha, Juiz de Direito Substituto da 5ª AJME, e as servidoras Nádia Prata Neves, Dilza Raimunda de Mattos Soares, Larissa Reis Frossard.

Foram colocados em pauta os sete pontos elencados no despacho do dia 25/05/2021, proferido no **SEI 714-6**, todos aprovados pelo Conselho, sendo feitos alguns apontamentos:

- **Com relação aos itens 3.2 e 3.3**: Priorizar os estudos e demandas específicas para realização de concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz de Direito da Justiça Militar, bem como para realização de concurso público para o cargo de servidores para lotação no primeiro grau, com ênfase ao quadro de servidores do Setor de Informática.

Com relação ao Setor de Informática, foi solicitado que seja publicado os nomes dos servidores escalados nos plantões judiciais, para fins de suporte técnico.

Foi solicitado, ainda, verificar a possibilidade de se designar estagiários de informática para auxílio direto e específico das Auditorias.

Foi solicitado, por fim, verificar junto ao Tribunal a possibilidade de se designar, a serviço dos plantões judiciais, um motorista do Tribunal e um militar do CESI, bem como verificar um canal de apoio direto da Polícia Militar.

- **Com relação ao item 3.3:** Solicitar ao Tribunal a viabilidade de proposta de mudança legislativa com fins à equiparação entre os assessores de 1º grau da Justiça Militar e os assessores de 1º grau da Justiça Comum estadual.

- **Com relação aos itens 3.4, 3.5 e 3.6,** que visa à apreciação de demandas específicas sobre a aquisição de equipamentos tecnológicos necessários ao bom cumprimento dos serviços de primeiro grau, foram ressaltados os seguintes pontos:

1) Solicitar a aquisição de *scanner* de melhor qualidade tecnológica para as Auditorias, com mais recursos tecnológicos, como por exemplo, digitalização em modo colorido/foto;

2) Verificar a viabilidade de realizar convênio com o instituto de identificação da Polícia Civil para fins de emissão de FAC, inclusive durante os plantões judiciais, e com o TJMG para fins de emissão de CAC da Justiça Comum;

3) Viabilizar estudos para a instalação da Sala de Audiência da 5ª AJME/Cível;

4) Viabilizar a instalação de um setor de Contadoria do Tribunal, para auxílio da Auditoria Cível;

5) Solicitar a aquisição de cadeiras ergonômicas em substituição às disponibilizadas ao primeiro grau;

6) Viabilizar cursos de atualização de redação oficial e de informática voltados às demandas e práticas específicas da Justiça Militar.

- **Com relação ao item 3.7,** foi colocado em pauta sugestão encaminhada pelo Dr. André de Mourão Mota, Juiz de Direito Titular da 4ª AJME, sobre a verificação, junto ao Tribunal, acerca de pagamento, pelo período da substituição de Juízes, à semelhança do que ocorre na Justiça Comum, pelo TJMG.

Fica designada nova data de reunião para dia 22/07/2021, às 16h.

Concluídos os trabalhos, às 10h50min, segue a ata assinada por todos os presentes.